

Diploma Carlota Pereira de Queirós

Indicadas - Edição 2023

1

Aparecida Gonçalves

Indicação Dep. Lêda Borges (PSDB-GO)



Aparecida Gonçalves, conhecida como Cida Gonçalves, atual Ministra das Mulheres, é especialista em gênero e em enfrentamento à violência contra mulheres e ativista de defesa dos direitos das mulheres há mais de 40 anos. Começou sua trajetória política em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde foi coordenadora do movimento popular de mulheres nas décadas de 80 e 90. Como representante desse grupo, coordenou o processo de articulação e fundação da Central dos Movimentos Populares no Brasil. No início dos anos 2000, foi assessora da Coordenadoria à Mulher da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul. Entre 2003 e 2016, foi Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atuando na construção da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio. Foi uma das protagonistas da elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher Viver sem Violência, que tem como carro-chefe a Casa da Mulher Brasileira. Trabalhou também como consultora em políticas públicas de gênero e violência contra as mulheres. Agora à frente do Ministério das Mulheres, a indicada promove a reestruturação de diversos projetos como a “Casa da Mulher Brasileira”, Pacto Nacional de Prevenção do Femicídio, a ampliação das patrulhas “Maria da Penha” para todos os estados brasileiros e a criação da marcha contra a misoginia.

2

Claudete Alves da Silva

Indicação Dep. Guilherme Boulos (PSOL-SP)



Formada em Pedagogia com Especialização em Administração Escolar, Mestre em Ciências Sociais, Claudete Alves da Silva é militante e ativista do movimento sindical na área do serviço público. Nos anos 80, participou ativamente do Movimento de Mulheres e da Luta por Creches no Município de São Paulo, já tendo um histórico de atuação também no Movimento Negro. Em 2002, assumiu como vereadora do município de São Paulo e, em 2004, foi reeleita, tendo como principais áreas de atuação: o combate à discriminação racial, a defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente e a luta pela oferta de um serviço público de qualidade, com ênfase na educação e saúde. É autora da Lei municipal nº 13.707/03, que instituiu o Feriado de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, na cidade de São Paulo. É autora do livro “Virou Regra”, sobre a solidão da mulher preta, e do livro “Negros, o Brasil nos Deve Milhões!”, resultado de uma ação civil pública contra a União, que visava indenização pelos danos causados pela escravidão aos DNAEBs Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil residentes na cidade de São Paulo. É autora do projeto de lei que incluiu no currículo das escolas públicas e particulares o ensino da História Geral da África. É também autora da Lei 14.636/2007, que institui o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, comemorado no dia 25 de julho na cidade de São Paulo, e também concedeu o Prêmio Luiza Mahin a mulheres comprometidas com a valorização da cultura negra.

3

Eva Evangelista de Araújo Sousa

Indicação Dep. Socorro Neri (PP-AC)



A desembargadora Eva Evangelista de Araújo Sousa é a decana do Tribunal de Justiça do Acre (TJ/AC). Foi advogada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Juíza de Direito nos municípios de Sena Madureira e Rio Branco, no estado do Acre, até assumir como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre em 1984, sempre tendo atuação destacada contra a violência de gênero. Foi, ainda, membro do Conselho Deliberativo de Proteção à Vítima e à Testemunha e coordenadora do Programa Justiça Restaurativa do TJ/AC. Atualmente, a indicada é Coordenadora da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), desde 2017; coordena também o Programa Justiça Comunitária e a Ouvidora da Mulher do TJ/AC. A Desembargadora, por meio da Comsiv, lidera a Rede Estadual de Proteção à Mulher do Acre, integrada por vários órgãos. Outro projeto em que a desembargadora tem papel protagonista é na Campanha “Sinal Vermelho contra Violência Doméstica”, com atuação relevante do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) por meio da Comsiv e da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), que encampam a mobilização em todo o Estado.

4

Flávia Gonzaga Costa Chagas

Indicação Dep. Delegada Ione (AVANTE-MG)



A economista e empresária Flávia Gonzaga Costa Chagas atua como conselheira do SENAI, onde sempre apoiou as decisões pelos jovens, com a oportunidade de se desenvolver e capacitar para o mercado de trabalho, o primeiro emprego, o braço de apoio de RH para seleção de colaboradores para as indústrias, cursos disponíveis de aprendizagem, treinamentos, palestras, entre outros. A indicada também é Presidente do Sindicato Patronal das Indústrias de Alimentação de Juiz de Fora, e se destacou no enfrentamento das dificuldades relacionadas à pandemia da Covid, em ações realizadas em prol dos empreendedores. Recentemente, assumiu a Presidência do Centro Industrial de Juiz de Fora/MG, sendo a primeira mulher à frente de uma entidade de relevância para a cidade, entidade essa administrada por homens desde 1927. Flávia se destaca no Centro Industrial por seu trabalho de associativismo, desenvolvimento, empregabilidade e renda dos municípios e região, como o projeto de acessibilidade e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência auditiva. A empresária vem buscando caminhos e possibilidades para que essas pessoas possam interagir com a sociedade, comunicar-se melhor e serem compreendidas.

5

Julieta Maria Cardoso Palmeira

Indicação Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA)



Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia de 2017 a 2022 e primeira mulher a assumir a presidência de uma indústria pública de medicamentos, a Bahiafarma (2011 a 2017), Julieta Maria Cardoso Palmeira é militante do movimento feminista desde a década de 80, sendo cofundadora da União Brasileira de Mulheres. A indicada integrou o grupo de mulheres que lutou pela criação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM/BA), órgão que posteriormente assumiria. À frente da SPM/Bahia, foi responsável pelo lançamento da Campanha “Respeita As Mina” de combate à violência contra as mulheres, que ganhou contorno nacional com a adesão de instituições, times de futebol, entidades do movimento social e artistas locais e nacionais. Sua gestão foi marcada pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, fortalecendo as redes locais de acolhimento às mulheres em situação de violência, criação do Zap “RespeitaAsMina” em 2021, serviço de mensagem de texto pelo WhatsApp complementar ao Disque 180. Promoveu o estabelecimento de procedimentos padrões para prevenir, investigar e julgar o feminicídio na Bahia, que envolve sete secretarias de estado, além da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça. Esses procedimentos foram denominados “Protocolo do Feminicídio”, com base nas diretrizes da ONU, e contribuem para uma ação mais célere e qualificada no enfrentamento à violência contra as mulheres. Em sua gestão, a Bahia foi um dos estados pioneiros a estabelecer, em 2021, o “Projeto Dignidade Menstrual”, que posteriormente se transformou em lei, e realiza ações educativas para estudantes (homens e mulheres) e distribuição de absorventes higiênicos, contemplando 220 mil estudantes da rede de ensino estadual em situação de vulnerabilidade e mulheres em situação prisional. No intuito de definir políticas públicas para as mulheres baianas, deu base a um estudo sobre a monoparentalidade feminina, que apontou os graus de vulnerabilidade dessas mulheres que são em sua maioria negras e vivem nas comunidades periféricas das cidades. Em relação à autonomia econômica das mulheres, uma das ações de destaque em sua gestão é a implantação da plataforma “Compre das Mina”, que além de divulgar os negócios liderados por mulheres contribui para a venda direta ao consumidor/consumidora permitindo que mulheres liderando arranjos produtivos locais pudessem alcançar um maior mercado. Outra iniciativa voltada para a melhoria da situação econômica das mulheres foi o “Projeto Quilombola para Sempre Marisqueiras com Orgulho”, que trouxe benefícios para as marisqueiras quilombolas do Recôncavo Baiano com a cultura coletiva de ostras.

6

Jumara Porto Pinheiro

Indicação Dep. Yandra Moura (UNIÃO-SE)



A Juíza Jumara Porto Pinheiro assumiu como Coordenadora da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe no mês de fevereiro de 2023 e, desde então, vem desenvolvendo diversas ações na defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero, por meio da promoção de políticas judiciais de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, em observância aos preceitos da Lei Federal 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em sua gestão, Jumara Porto Pinheiro criou dois relevantes projetos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e de atendimento aos homens autores desse crime: o “Projeto de Articulação para Criação dos Centros de Referência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar nos Municípios de Sergipe CRAMs”; e do “Projeto de Articulação para Criação dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica”. O primeiro tem por finalidade a articulação para criação dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, que são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico da mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Já o segundo tem como objetivo geral articular para o desenvolvimento, implementação e acompanhamento de grupos reflexivos como política pública dos municípios sergipanos, trabalhando os autores de violência contra a mulher.

7

Leila de Andrade Linhares Barsted

Indicação Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ)



Leila de Andrade Linhares Barsted é advogada desde os anos 1970, tendo tido uma ativa participação no movimento feminista do estado do Rio de Janeiro. Participou da campanha “Quem Ama Não Mata” - contra a impunidade dos autores de violência contra as mulheres. Atuou como advogada na Comissão de Mulheres da OAB do Rio de Janeiro prestando assessoramento jurídico ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) no processo Constituinte de 1986-1988, quando foram reconhecidos na Constituição direitos mais amplos para as mulheres. Foi professora de Sociologia do Direito e de História do Pensamento Jurídico nas Faculdades Candido Mendes, Benett e Gama. É uma das autoras do texto básico da Lei do Planejamento Familiar, de 1997, e também da Lei Maria da Pena, de 2006, fazendo parte, a partir de então, do Consórcio Lei Maria da Pena pelo fim da Violência contra as Mulheres, que monitora o cumprimento dessa Lei. Desde 2006 atua como membro brasileira da Comissão de Especialistas (CEVI) do Mecanismo da Organização dos Estados Americanos (OEA) de Acompanhamento da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (MESECVI). É membro fundadora da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Estado do Rio de Janeiro (CEDIM/RJ). Por seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres, foi selecionada como uma das 1.000 Mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2005 pela Associação Internacional Mulheres pela Paz. Foi agraciada, em agosto de 2010, com o primeiro lugar do Prêmio Boas Práticas na Implementação da Lei Maria da Pena, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, na categoria de boa prática na divulgação da legislação sobre violência contra as mulheres.

8

Luiza Pereira Sol

Indicação Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)



Luiza Pereira Sol é coordenadora da Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Militar (GCM) da cidade de Goiânia, coordenando uma equipe com 20 profissionais, que trabalham fiscalizando o cumprimento de medidas protetivas. A indicada desenvolveu, juntamente com a Secretaria Municipal da Mulher, o botão do pânico dentro do aplicativo “Prefeitura Municipal de Goiânia Prefeitura 24 horas”, permitindo o atendimento de uma média de 1.200 mulheres que são encaminhadas para serviços jurídicos, psicológicos e abrigos da rede de proteção. A indicada também realiza palestras de conscientização e mutirões de atendimento junto aos órgãos para disseminar conscientização sobre a violência doméstica e combate à violência contra a mulher.

9

Luziane Cravo Silva

Indicação Dep. Celso Sabino (UNIÃO-PA)



Luziane Cravo Silva atuou em diversas políticas públicas em prol das mulheres, como a luta pela alfabetização de mulheres do campo, a garantia de projetos no âmbito da habitação rural e urbana para mulheres de famílias monoparentais. Graduada em Gestão Pública, a indicada promoveu a alfabetização de muitas mulheres rurais analfabetas, com dificuldade de acesso à escola por falta de transporte; facilitou também o acesso à leitura para que essas mulheres pudessem melhorar sua comunicação social, interação e se tornassem protagonistas de uma nova história, a partir do conhecimento adquirido. Na habitação e na concessão e garantia de moradias para mulheres do campo e da cidade, reduziu risco social a partir do acesso à moradia, reduziu o déficit habitacional rural e urbano, promoveu saúde e bem-estar para inúmeras mulheres, promovendo dignidade com o acesso à moradia, e realizando ações técnicas voltadas para saúde, educação e geração de renda.

10

Maria Helena Guarezi

Indicação Dep. Gleisi Hoffman (PT-PR)



Atual secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi foi coordenadora do Programa de Incentivo à Equidade de Gênero da Itaipu Binacional de 2004 a 2016. Neste período, levou diversos avanços para a política funcional em prol das trabalhadoras da Itaipu Binacional, como a dispensa das mulheres, sem prejuízo da remuneração, para acompanhar filhos em casos de exames e internamentos; dispensa para as comemorações de dia das mães e pais; contratação de mulher como médica do trabalho; condições especiais para as gestantes; implantação do horário móvel para facilitar que pais e mães possam levar e buscar os filhos na escola; inclusão de companheiros (as) em união estável, inclusive homoafetivos, como dependentes dos benefícios concedidos pela empresa; e ampliação do percentual feminino nos níveis gerenciais, que duplicou desde 2004. O programa, sob sua coordenação, também contribuiu com o reconhecimento dos direitos humanos e de cidadania das mulheres com ações que visam o público externo, atuando como instrumento de articulação e de apoio a iniciativas nacionais e internacionais. A Itaipu foi a primeira empresa brasileira a aderir à campanha "He For She" ("Eles por elas"), da ONU Mulheres, e realizou o lançamento da iniciativa no Brasil e no Paraguai. A indicada foi também membro do Comitê Permanente de Equidade do Ministério das Minas e Energia, do Comitê contra a Violência de Gênero da OAB/PR e do Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

11

Maria Luiza Fontenele

Indicação Dep. Luizianne Lins (PT-CE)



A professora Maria Luiza Fontenele participou da implantação do curso de Ciências Sociais na Universidade de Fortaleza, onde coordenaria o Núcleo de Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), desenvolvendo orientação de monografias sobre os temas ligados às mulheres. Como professora da UFC, ministrou diversas disciplinas e participou da fundação da ADUFC e da ANDES/Sindicato Nacional. Em 1970, foi uma das fundadoras do terceiro núcleo do Movimento Feminino pela Anistia do país, no Ceará, e fundou também a União das Mulheres Cearenses da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará e da CUT, tendo se destacado em lutas nacionais em torno das liberdades democráticas, pela luta feminina e pela autonomia universitária. Foi deputada estadual por dois mandatos e, posteriormente, deputada federal (1990 a 1993) quando, entre outras inúmeras iniciativas, presidiu a Comissão que discutiu e encaminhou o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Maria Luiza foi a primeira mulher brasileira eleita prefeita de uma capital (Fortaleza), em 1985. Em 1990, participou do movimento em combate à violência contra as mulheres na região do Cariri. O mote, à época, foi o assassinato de sete mulheres no Cariri pelo “Escritório do Crime”, fato denunciado por Maria Luiza no encontro da Marcha das Mulheres, na China, em 1995. Maria Luiza subverteu o “destino natural” reservado às mulheres, como diz o livro “Maria Fontenele: Formação Educacional e Política (2021)”, mantendo-se como referência na luta feminina e na luta contra o autoritarismo.

12

Rita Lee Jones de Carvalho

Indicação Dep. Tabata Amaral (PSB-SP)



Rita Lee Jones de Carvalho, reconhecida amplamente como a Rainha do Rock Nacional, é uma das artistas brasileiras de maior sucesso na história da música popular brasileira. Além de cantora, também foi compositora, instrumentista, apresentadora, atriz, escritora, defensora dos direitos dos animais e ativista. Sua influência vem desde a participação no grupo Os Mutantes, a partir da década de 1970, sendo uma das primeiras mulheres a serem líderes de banda e a alcançar tamanho sucesso no país. Rita foi instrumental para abrir portas às mulheres na cultura brasileira, sendo pioneira principalmente no rock nacional, que era fortemente dominado por homens. Icônica, inspirou múltiplas gerações de cantoras. Também foi pioneira em diversos debates relacionados à mulher, como por exemplo sobre menstruação e menopausa, ao popularizá-los através de suas músicas, sem medo de nenhum tabu social. São imensuráveis as contribuições de Rita Lee para o imaginário brasileiro e a influência que ela teve em escancarar as portas para o acesso das mulheres ao direito de sua cidadania e de tomar a frente de lugares antes somente dominados por homens. Participou também de programas para debater o papel da mulher na sociedade, como o especial de TV Mulher 80, em 1979, e o programa de debates Saia Justa. Como consequência dessa extensa trajetória como uma das maiores artistas da história do Brasil, chegou a ter declarado luto oficial nacional de três dias pelo presidente da República, em decorrência de sua morte, no dia 8 de maio de 2023.

13

Rosa Maria Pires Weber

Indicação Dep. Soraya Santos (PL-RJ)



Rosa Weber é presidente e ministra do Supremo Tribunal Federal, presidente do Conselho Nacional de Justiça, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ex-ministra do Tribunal Superior do Trabalho. A ministra tem trabalhado em ações com o objetivo de aplacar as vulnerabilidades das questões de gênero, das LGBTQIA+ e das questões raciais. Foi em sua gestão como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que se decidiu, em consulta feita pelo Parlamento, que pelo menos 30% dos recursos do Fundo de Financiamento de Campanha deveriam ser destinados para candidaturas de mulheres. Instituiu também neste órgão a Comissão Gestora de Política de Gênero, para atuar no planejamento e no acompanhamento de ações relacionadas ao incentivo à participação feminina na política e na Justiça Eleitoral. Sob sua presidência o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Recomendação 128/2022, que orienta os órgãos do Poder Judiciário a adotarem o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Também em sua gestão se aprovou, como meta nacional para o Poder Judiciário em 2023, o enfrentamento à violência contra mulheres entre as prioridades da Justiça brasileira. À frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra publicou o título “Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos, com enfoque nos direitos das mulheres”. A publicação traz treze decisões emblemáticas sobre questões relativas a direitos femininos e se constitui em instrumento de grande valia para proteger as mulheres e fomentar a igualdade de gênero.

A escolha das agraciadas está prevista para

30 de agosto

A cerimônia de entrega do Diploma está marcada para

25 de outubro

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher

